

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1005582-22.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Embargos À Execução - Extinção da Execução**
 Embargante: **Ricardo de Angelis Marinheiro**
 Embargado: **Banco do Brasil S/A**
 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

Processo nº 1005582-22.2017

VISTOS

RICARDO DE ÂNGELES MARINHEIRO propôs **EMBARGOS À EXECUÇÃO** em face de **BANCO DO BRASIL S/A**, todos devidamente qualificados.

O embargante informa na sua exordial que o banco embargado emitiu em seu favor uma Cédula Rural Pignoratícia nº 20/00044-8, no valor de R\$ 28.050,00 a ser paga em quatro parcelas anuais. Alega que cumpriu sua obrigação contratual de empregar o valor no cultivo de lavoura de rosas. Ocorre que sua plantação ficou comprometida devido a adversidades (tempo e doenças), impossibilitando o adimplemento das parcelas pactuadas. Tentou refinanciar a dívida, mas não obteve sucesso. Em razão da falta de pagamento da primeira parcela as demais acabaram vencidas antecipadamente, ensejando a presente demanda. Requereu a procedência dos embargos extinguindo consequentemente a ação de execução. A inicial veio instruída por documentos às fls. 20/103.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

O embargado deixou de apresentar defesa (cf. certidão de fls. 187).

As partes foram instadas a produção de provas. Embargante e embargado manifestaram interesse no julgamento antecipado da lide (fls. 191 e 192).

É o relatório.

Passo a fundamentar e decidir.

DECIDO.

A execução embargada vem baseada na Cédula Rural Pignoratícia nº 20/00044-8.

Nada há de concreto a indicar as ilegalidades apontadas genericamente na inicial; o autor, não impugnou com precisão os valores cobrados pelo banco, ou mesmo eventuais débitos/encargos.

Conforme já se proclamou no Superior Tribunal de Justiça, Súmula 381 – “nos contratos bancários é vedado ao julgador conhecer, de ofício, da abusividade de cláusulas”.

É de rigor que aquele que embarga uma execução apresente uma peça **com exposição articulada**, organizada, coerente com fatos e fundamentos que a empolgam, e exponha uma conclusão lógica que ofereça ao julgador a exata compreensão do direito invocado.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

E , no caso estamos diante de uma inicial com riqueza teórica e pródiga de invocações e teses abstratas.

Embora não esteja negando a dívida, o embargante sustenta que a operação financeira (cédula rural pignoratícia) deve ser analisada à luz das leis de incentivo à agropecuária familiar e, assim, não pode responder pelas obrigações financeiras decorrentes de operação de crédito rural cuja liquidação foi obstada por fenômenos naturais, pragas e doenças que atingiram o cultivo de rosas, conforme expressamente prevê o inciso I, do art. 59 da Lei 8.171/91, cuja redação foi alterada pelo art. 25, da Lei 12.058/09.

Não se pode perder de vista que a cédula de crédito bancário é título executivo e a não contratação de seguro não a vicia.

Agindo como agiu, ou melhor, negando o seguro, o financiado acabou assumindo o risco da ocorrência de pragas e intempéries e via de consequência da perda ou danos à safra.

Nesse sentido:

Ementa: APELAÇÃO EMBARGOS À EXECUÇÃO CÉDULA DE CRÉDITO RURAL - Apelante que impugna contrato celebrado com a instituição financeira exequente. AUSÊNCIA DE CONTRATAÇÃO DO SEGURO PROAGRO - É título executivo extrajudicial a cédula rural pignoratícia, a teor do art. 10 do Decreto-lei n.º 167/67 - A não contratação do seguro não inquina a exigibilidade do título, porque o devedor anuiu expressamente com a ausência da cobertura securitária, assumindo os riscos da perda da safra e do inadimplemento contratual. PRORROGAÇÃO DA DÍVIDA Ausentes, nos autos, elementos que indiquem terem as partes transigido acerca da dilação do prazo para pagamento da dívida Exigibilidade da cédula mantida. CONTA VINCULADA - Restando evidente a liquidez da cédula de crédito rural, tendo em vista que, da análise do contrato entabulado pelas partes, é possível extrair os elementos suficientes para o exame da lide, é indiferente a ausência dos correspondentes extratos de movimentação financeira da conta vinculada à referida operação. Sentença mantida. Recurso improvido (TJSP, Apelação nº 0000980-86.2011.8.26.0025,


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Rel. Des. Leonel Costa, DJ 23/08/2012).

No caso não tem aplicação o CDC pois a relação em debate demonstra a obtenção de recursos financeiros para aplicação na produção rural, representada por linha de crédito especiais, com prazo de pagamento e encargos totalmente diferenciados.

Na cédula rural (carreada por cópia a fls. 32 e ss) ficou estabelecida a forma de cálculo dos juros, com o que, aliás, concordou o embargante quando assinou a avença.

No plano constitucional, o artigo 192, da Constituição da República não possui autoaplicabilidade, entendimento este do E. Supremo Tribunal Federal:

EMENTA: - DIREITO CONSTITUCIONAL. MANDADO DE INJUNÇÃO. TAXA DE JUROS REAIS: LIMITE DE 12% AO ANO. ARTIGOS 5º, INCISO LXXI, E 192, § 3º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. 1. Em face do que ficou decidido pelo Supremo Tribunal Federal, ao julgar a ADI nº 4, o limite de 12% ao ano, previsto, para os juros reais, pelo § 3º do art. 192 da Constituição Federal, depende da aprovação da Lei regulamentadora do Sistema Financeiro Nacional, a que se refere o "caput" do mesmo dispositivo. 2. Estando caracterizada a mora do Poder Legislativo, defere-se, em parte, o Mandado de Injunção, para se determinar ao Congresso Nacional que elabore tal Lei. 3. O deferimento é parcial porque não pode esta Corte impor, em ato próprio, a adoção de tal taxa, nos contratos de interesse dos impetrantes ou de quaisquer outros interessados, que se encontrem na mesma situação. 4. Precedentes. (MI 611/SP, julgado em 21/08/2002, de relatoria do Min. Sydney Sanches).

Para lançar uma pá de cal sobre a questão que remete à extensão dos juros cobrados pelas instituições financeiras, em 20 de junho de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

2008 foi publicada no D.O.U. a **Súmula Vinculante nº 07 do Supremo Tribunal Federal**, revelando que *“a norma do §3º do artigo 192 da Constituição, revogada pela Emenda Constitucional nº 40/2003, que limitava a taxa de juros reais a 12% ao ano, tinha sua aplicação condicionada à edição de lei complementar”*.

Calha lembrar, outrossim, a súmula 596 do Egrégio Supremo Tribunal Federal: “As disposições do Decreto 22.626 de 1933 não se aplicam às taxas de juros e aos outros encargos cobrados nas operações realizadas por instituições públicas ou privadas, que integram o Sistema Financeiro Nacional”.

Optando por realizar amortizações parciais ou mesmo, nada pagar, os embargantes devem submeter-se ao que pactuaram, principalmente no que diz respeito a cobrança de juros e outros encargos de inadimplemento.

* * *

Quanto à capitalização, o entendimento atual do Superior Tribunal de Justiça, conforme Súmula 93, é no sentido de que, nos títulos de crédito industrial, comercial e rural, a lei permite a capitalização de juros, que pode ser até mensal, desde que haja convenção entre as partes (REsp n. 29.705-2RN, 4ª Turma, Rel. Ministro Athos Carneiro; REsp 26.790-4-RS, 3ª Turma, Rel. Min. Waldemar Zveiter), justamente o caso dos autos (fls. 42 – Cláusula 7ª).

Neste sentido, a jurisprudência do TJSP não discrepa:

TJSP – Apelação n. 9208704-84.2008.8.26.0000 – Comarca: Bebedouro – 18ª Câmara de Direito Privado – Relator> ROQUE MESQUITA – Data do Julgamento: 04/05/2011 – Data do Registro: 26/05/2011).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Some-se que era do embargante o ônus de provar a irregularidade na composição do débito pela instituição financeira, e conforme manifestação de fls. 191 alegou que seu direito está comprovado documentalmente nos autos com o relatório técnico agrônomo, e-mails.

Ou seja: não se desincumbiu do **ônus específico**.

Ante o exposto, **JULGO IMPROCEDENTE** o pleito inicial, condenado os embargantes, **RICARDO DE ANGELES MARINHEIRO**, no pagamento das custas processuais e honorários de advogado que fixo em 10% do valor dado à causa.

Após o trânsito em julgado dessa decisão, traslade-se cópia da mesma para a execução.

Publique-se e intemem-se.

São Carlos, 26 de outubro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**